

Dos Alpes à Amazônia: as múltiplas migrações dos ‘trentinos’ e possíveis abordagens teóricas

From the Alps to the Amazon: the multiple migrations of the “trentinos” and possible theoretical approaches

Tiago Dallapiccola¹

Resumo

O presente trabalho apresenta as migrações dos chamados trentinos, povo originário da atual Província Autônoma de Trento (conhecida como Trentino), situada na Itália setentrional. O texto dialoga com uma pesquisa executada entre 2022 e 2025, encomendada pela Fondazione Museo Storico del Trentino, situada na cidade de Trento. O objetivo é retratar cada passo dessa migração dentro das respectivas abordagens teóricas de referência, a saber: a saída do Trentino para o Brasil — especificamente para o estado do Espírito Santo — no último quartil do século XIX; a migração interna em terras capixabas no período entre 1920 e 1950; a migração do Espírito Santo para Rondônia a partir de 1970; e as atuais migrações internas em Rondônia no século XXI. O artigo se vale de revisão de literatura, uso de dados dos censos demográficos e, ainda, de resultados de pesquisa de campo. O artigo demonstra como a migração trentina acompanha outros movimentos migratórios, fazendo parte de deslocamentos em contextos mais amplos, para os quais o enquadramento dentro das abordagens teóricas disponíveis revelou a necessidade de uma combinação entre elas. Conclui-se com a percepção de que sucessivas adaptações aos novos contextos de imigração favoreceram a perda de elementos da identidade desses migrantes, bem como evidenciaram uma relativa dificuldade das abordagens teóricas existentes em tipificar todos os movimentos migratórios descritos.

Palavras-Chave: Migração; Trentinos; Espírito Santo; Rondônia.

Abstract

This paper examines the migrations of the so-called Trentino people, originating from what is now the Autonomous Province of Trento (commonly known as Trentino) in northern Italy. The text draws on research conducted between 2022 and 2025, commissioned by the Fondazione Museo Storico del Trentino, based in the city of Trento. The objective is to describe each stage of this migratory process within the corresponding theoretical frameworks of reference, namely: the departure from Trentino to Brazil—specifically to the state of Espírito Santo—in the last quarter of the 19th century;

¹ Pós-doutorando em Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo, Professor EBTT do Instituto Federal do Espírito Santo/ tiago.dalapiccola@ifes.edu.br /ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5892-6522>

the internal migration within Espírito Santo between 1920 and 1950; the migration from Espírito Santo to Rondônia beginning in the 1970s; and the contemporary internal migrations within Rondônia in the 21st century. The article draws on literature reviews, demographic census data, and findings from field research. The article shows how Trentino migration parallels other migratory movements, forming part of broader patterns of mobility. Within this context, the theoretical frameworks available have proven more effective when employed in combination rather than individually. The article concludes that successive adaptations to new migratory environments have contributed to the gradual loss of elements of the migrants' original identity. It also highlights the relative difficulty of existing theoretical approaches in adequately categorizing all the migratory movements described.

Keywords: Migration; Trentinos; Espírito Santo (Brazilian state); Rondônia (Brazilian state).

Introdução

Os habitantes do Trentino, já habituados a um passado migratório na Europa, continuaram migrando após chegarem ao território brasileiro. A vinda dos trentinos para o Brasil no final do século XIX se insere no mais amplo contexto das migrações europeias para as Américas, que incluiu outros povos e outras áreas de destinação no Brasil e em outros países. Nesse cenário, o Espírito Santo foi o local da primeira grande experiência de imigração ítalo-trentina de massa no Brasil, em função da Expedição Tabacchi, realizada em 1874².

Já estabelecidos no estado capixaba, o passar das décadas trouxe importantes transformações econômicas, demográficas, sociais e ambientais. Acostumados desde os tempos de vida no Trentino a realizarem migrações periodicamente, os remanescentes da Expedição Tabacchi e seus descendentes migraram mais vezes. Num primeiro momento, a direção tomada mirou um novo front de colonização ainda capixaba, o norte do Espírito Santo. Passadas mais algumas décadas, a meta dos trentinos era mais ambiciosa em termos de distância e desafios associados – a Amazônia Meridional, especialmente o estado de Rondônia. Neste último estado, por fim, novos movimentos migratórios foram realizados, especialmente nas duas últimas décadas.

Este trabalho resulta de reflexões desenvolvidas ao longo de um percurso de pesquisas no contexto de um acordo de cooperação internacional firmado entre o Instituto Federal do Espírito

² Retomar-se-á o tema da Expedição Tabacchi à página 8.

Santo ³ e a Fondazione Museo Storico del Trentino. De forma colaborativa uma equipe interinstitucional realizou pesquisas de campo no estado capixaba e em Rondônia, entre os anos de 2022 e 2025, para verificar aspectos variados inerentes ao grupo.

O objetivo deste trabalho é descrever e situar cada movimento migratório dos trentinos dentro dos contextos social, econômico, político e até mesmo ambiental que moldaram as distintas épocas e das abordagens teóricas pertinentes. A hipótese trabalhada foi a de que cada deslocamento realizado e suas conseqüentes exigências adaptativas aos novos contextos, contribuíram para a perda de elementos da identidade desses migrantes. O artigo, por fim, lança luzes sobre características, processos e contribuições de um dos pequenos e inúmeros grupos que formaram a dinâmica e plural sociedade brasileira.

Uma faceta importante a ser mencionada é que a migração dos trentinos tratada nesse trabalho se deu predominantemente no sentido rural-rural. Apenas o último movimento migratório descrito viu a zona urbana concorrer com o campo no sentido de atração de contingentes. Alguns autores, como Goldscheider (1984), afirmam que as populações rurais têm sido vistas como marginais e desinteressantes analiticamente nos processos associados com as migrações, a modernização e o desenvolvimento. Dessa forma, para o autor os impactos das migrações em áreas rurais, sua população e estrutura social tem recebido pouca atenção, visto que as análises são feitas geralmente a partir de um contexto urbano no qual se enfatizam fatores como desenvolvimento e urbanização e problemas associados ao crescimento das metrópoles a partir de chegada de imigrantes a esses locais.

Não obstante, a migração rural-rural chama a atenção de outros autores. Castiglioni (2010) a situa no contexto da Teoria da Transição Demográfica, afirmando que no curso desta, a etapa caracterizada pela queda da mortalidade e manutenção de níveis elevados de natalidade corresponde à segunda fase, quando se produz um excesso de mão-de-obra na região rural, que é impulsionado a transferir-se para outras regiões.

³ Afiliação institucional do autor.

Já para Massey et all (1993), a busca pela inserção no competitivo mercado global de commodities leva muitos agricultores a falência. A modernização agrícola, vista como exigência para obtenção dos lucros máximos, termina por produzir uma força de trabalho redundante e móvel, deslocada da terra e com um vínculo enfraquecido com as comunidades agrícolas dos locais de origem. Por sua vez, a concentração de terras destrói os sistemas tradicionais de posse de terras baseados na herança e nos direitos comuns de usufruto. Nesse cenário, os camponeses desenraizados estão aptos a migrarem.

Tanto as contribuições de Castiglioni quanto de Massey et all parecem se aplicar aos movimentos migratórios 1, 2 e 3 descritos neste artigo. Para o movimento migratório 3 realizado pelos trentinos, entre o Espírito Santo e Rondônia, em específico, parece ainda oportuna a contribuição de Santos (1994). A autora afirma que havia o interesse por parte do poder público de incorporar efetivamente os territórios de fronteira, caso de Rondônia, ao espaço nacional, e que os interesses por trás dessas intenções são estratégicos, geopolíticos, econômicos, a partir da introdução de formas empresariais de exploração econômica do solo. Neste contexto, os imigrantes que se deslocaram para essas novas áreas funcionaram como desbravadores, desencadeadores das transformações econômicas pretendidas, após o que grandes grupos tenderão a deslocar-se espontaneamente para esses lugares.

A abordagem de Santos vai ao encontro do enfoque neomarxista de Gaudemar (1977), ao afirmar que migrar deixou de ser um ato soberano de vontade pessoal para equiparação das diferenças de renda, mas sim uma mobilidade induzida para atender as necessidades do capital. A chegada da sojicultura à Rondônia na última década, dentro do modelo monocultura/exportação e ligada a grandes grupos do agronegócio brasileiro, parece confirmar a perspectiva dos autores.

O movimento migratório 4, realizado internamente no estado de Rondônia, pode ser lido à luz das contribuições de várias abordagens teóricas, como veremos em momento oportuno, uma vez que é variado em termos de destinos e motivações.

Metodologia

Os recortes espaciais tratados nesse artigo são três: a região italiana conhecida como Trentino, a qual se retorna nos próximos parágrafos, e os estados brasileiros do Espírito Santo e Rondônia. Tais recortes encerram em si a migração dos trentinos que chegaram ao Espírito Santo, percorrendo uma trajetória que dos Alpes os levou à Amazônia. O recorte temporal é amplo (1874-2025), e por isso sintetizado nos movimentos migratórios descritos.

Aqui se abre um parêntese para falar sobre o Trentino⁴. Esta é, atualmente, uma das 107 províncias italianas, que junto da Província Autônoma de Bolzano formam a *regione* Trentino-Alto Ádige, esta por sua vez uma das 20 *regioni* que formam a Itália. Situado na zona alpina no extremo norte do país, faz fronteiras com Áustria e a Suíça, e internamente confina com as *regioni* Vêneto e Lombardia. Nos tempos atuais é considerada uma das províncias mais prósperas, e, em 2025, aquela com a melhor qualidade de vida do país⁵.

A autonomia da Província Autônoma de Trento se baseia no Estatuto Especial da Região Trentino-Alto Ádige/Südtirol, incorporado à Constituição italiana⁶, que transfere amplos poderes legislativos e administrativos diretamente às províncias de Trento e Bolzano. O Estatuto Especial data de 1948, já tendo sido reformulado em 1972 e atualizado em 2025, e garante competências próprias em áreas como educação, cultura, saúde, transporte, urbanismo e economia local⁷.

As regiões e províncias italianas com estatuto especial tem maior autogoverno. No caso do Trentino há uma tradição histórica de autogoverno que remonta desde a Idade Média, quando comunidades do Trentino já praticavam gestão coletiva de recursos naturais de uso comum (pastagens, bosques etc.) e autoadministração.

O texto conta com referências acadêmicas históricas e atuais, buscando retratar as diferentes etapas da migração em questão. Ao longo do trabalho, serão exploradas as motivações, os desafios enfrentados e os impactos culturais dessa jornada.

⁴ A entidade administrativa se chama Província Autônoma de Trento.

⁵ Qualità della vita: https://lab24.ilsole24ore.com/qualita-della-vita/?refresh_ce=1

⁶ Artigo 116: www.cortecostituzionale.it/documenti/download/pdf/The_Constitution_of_the_Italian_Republic.pdf

⁷ <https://www.provincia.tn.it/Amministrazione/Documenti/Statuto-speciale-del-Trentino-Alto-Adige>

O trabalho ainda se valeu de preciosos relatos e depoimentos de sujeitos participantes dos movimentos migratórios de ordem 2, 3 e 4 e pesquisas in loco, nos estados de Rondônia e Espírito Santo. Foram realizadas pesquisas de campo em ambos os estados, entre 2022 e 2025. Nas idas a campo, as famílias de origem trentina foram identificadas pelos sobrenomes, e a confirmação se deu através de registros disponíveis no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo⁸. Em tais ocasiões foram levantadas informações, coletados dados e as pessoas abordadas puderam livremente contar suas histórias de vida e migração. Essas estratégias ofereceram uma visão ampla e contextualizada sobre o movimento migratório em foco.

Outro importante instrumento de que se valeu esse artigo foi a consulta a materiais produzidos pela imprensa durante as décadas de maior fluxo migratório entre os dois estados brasileiros objeto da pesquisa. As matérias publicadas em jornais de circulação estadual no Espírito Santo constituíram uma fonte relevante de informações. Provenientes de diferentes períodos, esses registros evidenciam o cenário institucional marcado pela preocupação diante da chamada migração desenfreada para Rondônia, que gerava impactos significativos no estado.

A próxima seção deste artigo é subdividida em quatro partes. Cada uma, além de descrever um movimento migratório do povo Trentino, busca identificar a abordagem teórica para as migrações mais pertinente. Para as três primeiras etapas descritas, o texto apoia-se em revisão de literatura, enquanto para a quarta etapa migratória descrita é precioso o material obtido nas pesquisas de campo em Rondônia.

Resultados e discussões

A migração trentina para o Espírito Santo no contexto da imigração italiana no Brasil

O Trentino do século XIX, entretanto, era outro, se comparado ao atual. Naquele Trentino, o ritmo de vida e os movimentos das populações locais eram ditados pelo desequilíbrio entre os recursos disponíveis e uma população em constante crescimento. A emigração trentina da época

⁸ Disponível em <https://imigrantes.es.gov.br/>

foi um fenômeno de massa, com milhares de pessoas deixando o território em busca de trabalho e melhores condições de vida no exterior. Os motivos desse fenômeno emigratório (econômicos, sociais e ambientais) eram a fraca industrialização, a forte dependência da agricultura, frequentemente propensa a crises ligadas à fragilidade da economia local e a desastres naturais (GROSSELLI, 2022).

Contribuíam ainda para tal cenário as mudanças políticas nas fronteiras, que instituíram novas e pesadas tarifas, a quebra da Bolsa de Valores de Viena em 1873, a imposição de novos impostos sobre a terra, a crise na viticultura e na produção de bicho-da-seda, devastadas por epidemias, e as inundações da década de 1880. As condições de vida nos vales do Trentino se deterioraram drasticamente (GROSSELLI, 2022).

Renzo Grosselli (2008), grande estudioso das emigrações dos trentinos, caracterizando o cenário difícil de vida daquela população na época, afirma, entre outros problemas, que:

Uma pesquisa realizada em 1902 indicava uma amplitude média de propriedades rurais de 1,4 hectares. Apesar de impressionante, este dado não retrata perfeitamente a extrema fragmentação da propriedade fundiária no Trentino do século XIX. Deve-se levar em consideração, por exemplo, que em zonas de montanha, as propriedades que não ultrapassavam meio hectare constituíam 62% do número total das propriedades naquela zona [...]. O camponês trentino possuía, no século XIX, um pedacinho de terra que cada vez menos garantia a sua sobrevivência e a de sua família. E esta terra, desfrutada até a exaustão, certamente não apresentava condições de fertilidade ideal (GROSSELLI, 2008, p. 30).

Neste cenário de carência de recursos econômicos e naturais (terras agrícolas, principalmente, mas também um clima menos hostil), para tentar sobreviver, as pessoas migravam num circuito de migrações temporárias para as planícies italianas das proximidades, para outras partes do Império Austro-Húngaro ou ainda para lugares terceiros. Face as duras condições de vida, até mesmo terras como as Américas, incluindo o Brasil, apesar de distantes e estranhas à realidade daqueles camponeses empobrecidos e com pouca ou nenhuma terra, tornaram-se destinos populares, já em uma perspectiva de migração permanente.

É nesse contexto que acontece a expedição Tabacchi, que viria inaugurar a imigração italiana de massa para o Brasil. Pietro Tabacchi era um empresário e aventureiro trentino. Nascido na

cidade de Trento, Tabacchi estudou medicina, mas não concluiu seus estudos. Por volta de 1851, ele fugiu do Trentino para evitar credores após seus negócios terem falido, estabelecendo-se no estado do Espírito Santo (GROSSELLI, 2008, p. 170).

Em 1873, valendo-se de seu conhecimento do território brasileiro, Tabacchi obteve um contrato do governo para organizar uma expedição e assim trazer agricultores europeus para suas terras, com o objetivo de substituir a mão de obra de origem africana pela de imigrantes italianos e trentinos.

Assim, ele organizou a chamada Expedição Tabacchi, que trouxe 388 agricultores, a maioria do Trentino, para o Brasil. Essa expedição chegou ao porto de Vitória em 1874. As promessas feitas aos imigrantes não foram cumpridas. Em vez de casas, essas pessoas tiveram que viver em barracões e encontraram condições de trabalho muito duras e precárias, além das já esperadas dificuldades de adaptação num novo contexto social e ambiental.

Revoltados, os colonos decidem abandonar a colônia Nova Trento, como foi chamado o assentamento. A experiência de colonização de Tabacchi fracassou, e a maioria dos agricultores vindos na expedição se mudou para o interior montanhoso, fundando o núcleo colonial chamado Timbuí, que mais tarde se tornaria a cidade de Santa Teresa (na figura 1). Tabacchi, desiludido e debilitado, morreu poucos meses após a chegada dos imigrantes.

O capítulo da migração trentina para o Espírito Santo não terminou com a expedição de Tabacchi. O núcleo Timbuí continuou recebendo outros migrantes, bem como duas outras colônias imperiais foram fundadas: a de Santa Leopoldina e a de Rio Novo.

Por isso, nos anos seguintes, milhares de migrantes chegaram à região. O clima ameno da região serrana capixaba e a presença de pioneiros favoreceram a migração em rede e o aumento da chegada de trentinos, vindos de diferentes cidades e vales do território do Trentino. Segundo dados do Arquivo Público do Espírito Santo (APEES, 2014) o Trentino ocupa o terceiro lugar entre as regiões

italianas⁹ com mais entradas de imigrantes no Espírito Santo, com 3.213 migrantes, atrás apenas das regiões Vêneto e Lombardia. Em nível municipal, depois de Trento, aparecem por ordem os ‘*comuni*’ de Levico Terme (316), Novaledo (278), Roncegno (167), Caldonazzo (150), Canal San Bovo (145) e Mattarello (118).

Figura 1: Foto antiga de Santa Teresa/ES



Fonte: Circolo Trentino di Santa Teresa.

Ao chegar, após passadas a quarentena e a espera pelo lote de terra assinalado, a primeira coisa a se fazer era desmatar e limpar o terreno, construir uma moradia improvisada e iniciar os plantios. A alimentação era simples - queijo, ovos e polenta, era a sua base, mas não apenas. O milho, o arroz e o feijão também eram cultivados, para o consumo diário da família, enquanto o café se tornou o principal produto agrícola a ser comercializado.

⁹ Ainda que politicamente o Trentino na altura pertencesse ao Império Austro-húngaro, a herança cultural e linguística italiana caracterizava aquele território, e após o fim da I Guerra Mundial, com a dissolução do Império Austro-húngaro a Itália incorporou aquele território alpino.

Os tempos iniciais desses migrantes trentinos foram muito difíceis. Orestes Bissoli, um imigrante que chegou ao Brasil em 1888 e se estabeleceu no Espírito Santo, deixou relatos marcantes sobre a vida dura dos colonos e trabalhadores da época. Instalado na região de Alfredo Chaves (ES), então chamada Quinto Território, escreveu suas memórias em diários, que foram publicados em 1979 sob o título “Memórias de um Imigrante Italiano”. Os relatos pessoais englobam temas como o trabalho árduo, as dificuldades econômicas, as doenças e estratégias de sobrevivência, o trabalho agrícola e os sacrifícios da família, tais como a alimentação escassa e a economia extrema, em suma, tratam da luta para se adaptar ao novo país. Bissoli recorda, em alguns trechos de seu livro:

Nosso modo de trabalhar não era de seres humanos: trabalhávamos como burros, dia e noite, fizesse sol ou chovesse, nunca houve um dia em que eu dissesse: não tenho nada para fazer hoje. Nem mesmo por horas ou partes do dia. O descanso noturno geralmente era curto porque íamos dormir tarde e levantávamos cedo. Nos dias quentes, descansávamos das 11h às 13h. Mas sempre havia ocasiões em que nem isso conseguíamos. Quantos dias chuvosos passávamos nos campos; se a chuva fosse muito forte, aproveitávamos para limpar um riacho ou plantar inhame, bananas, ou mesmo cana-de-açúcar e grãos de café. Não desperdiçávamos os dias disponíveis que nos permitiam ficar nos campos até as estrelas aparecerem no firmamento [...]. Economizávamos ao extremo. Não gastávamos dinheiro comprando itens desnecessários. Crianças e mulheres praticamente não comiam carne, que já era escassa para os homens; trigo era dado apenas aos doentes (BISSOLI, 1979, p. 63; 65-66).

Até o fim do primeiro quartil do século XX, os trentinos se mantêm territorialmente estáveis no Espírito Santo, expandindo-se apenas nos limites das então colônias do antigo Núcleo Timbuy, Santa Leopoldina e Rio Novo. A situação começa a mudar nos anos finais da década de 1920, quando pressões demográficas e a convergência de fatores políticos e econômicas desencadeiam uma nova migração.

As migrações europeias para o Brasil no século XIX, caso deste primeiro movimento migratório descrito, se inserem majoritariamente dentro daquilo que, na literatura das migrações, é chamado de abordagem clássica. Há uma combinação da fundamentação em fatores estruturais de expulsão e atração, ou seja, que “empurram” indivíduos para fora de seu país e fatores que “atraem” para a região de destino com a perspectiva histórico-estrutural que enfatiza as

desigualdades estruturais criadas pelo capitalismo, a integração desigual entre Europa e Américas e as políticas de Estado que moldaram os fluxos migratórios. No Brasil, a imigração europeia foi um projeto estatal, que tinha dentre outros objetivos, a formação da força de trabalho para o capitalismo agrário-exportador (FAUSTO, B., 2015).

A migração interna no Espírito Santo

A partir dos anos 1920, uma nova migração começa a ganhar contornos no Espírito Santo. Era uma migração interna cujo fluxo partia da direção centro-sul para o norte/noroeste do estado, onde ainda existiam terras devolutas a serem integradas à economia estadual da época.

O norte do espírito Santo, embora com alguma presença de núcleos urbanos e iniciativas de colonização desde os períodos colonial e imperial¹⁰, no início do século XX ainda era pouco desenvolvido, de acordo com a lógica de exploração e desenvolvimento vigente à época.

Em um artigo de 1973 publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, a geógrafa Bertha Becker definiu o norte do Espírito Santo como uma região periférica, mas já em transformação, iniciada poucas décadas antes, marcada pela expansão da fronteira agrícola (especialmente do café), pelo crescimento econômico desigual e pela integração tardia ao desenvolvimento nacional.

Nas décadas anteriores, notadamente até os anos 1930, o norte capixaba era uma área marginal dentro da economia estadual e nacional, com pouca infraestrutura e baixa integração até meados do século XX. Suas terras devolutas estavam aptas a receberem uma fronteira agrícola em movimento, na qual a expansão da lavoura cafeeira seria precedida pela exploração das madeiras nobres, com a consequente derrubada da Mata Atlântica ali existente e sua queimada, seguindo-se o plantio de lavouras temporárias e, então, o café.

Por sua vez, as regiões centro-serrana e sul do Espírito Santo assistiam um esgotamento do modelo de agricultura herdado das colônias imperiais. Em pesquisas de campo realizadas por um grupo de estudiosos por ocasião da XII Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros,

¹⁰ Citam-se a existência de núcleos urbanos como São Mateus, fundada em 1554 e considerada uma das 10 cidades mais antigas do Brasil, e Linhares. Em ambos os casos o povoamento veio pelo litoral, aproveitando a possibilidade de navegação pelos rios Cricaré e Doce.

ocorrida em julho de 1957 em Colatina, Pasquale Petrone descreve aspectos do modelo que vigorava na região centro-serrana do Espírito Santo, nas denominadas ‘áreas de colonização antiga’ do estado.

A fragmentação extrema do território e o conseqüente exagerado parcelamento das áreas de cultura, a redução gradual dos tamanhos dos lotes, passando de 50 para 25 hectares à medida que se distanciavam dos núcleos das colônias e a fragmentação das terras por heranças contribuíram para o que Petrone define como acentuado domínio dos minifúndios, as vezes tão pequenos que mal chegam a possibilitar a subsistência das famílias (PETRONE, 2004, pg 33,35-36). Os dados do recenseamento de 1950 corroboram a estrutura fundiária descrita por Petrone para a região.

Há que se mencionar que em virtude das altas taxas de natalidade que prevaleciam entre essas famílias de imigrantes e seus descendentes, a cada geração a população mais que dobrava na região. Era muito frequente que famílias tivessem 10 ou mais filhos, conforme dados levantados em pesquisas em cartórios da região¹¹.

Semelhantemente a uma prática já conhecida no norte da Itália, de onde provinha a maioria dos pais e avós dos colonos na área investigada por Petrone, o sistema de meação era muito presente. Como as famílias eram numerosas, comumente um filho ao contrair matrimônio construía a casa próxima a do pai, de quem se tornava meeiro. Mesmo estes, segundo Petrone, após um tempo buscavam o Norte.

Nesse contexto difícil e de recursos limitados, muitos tinham o desejo de iniciar uma nova vida, ao norte do limite natural demarcado pelo Rio Doce, usando a cidade de Colatina como ponto de passagem e assim chegar nos ainda considerados sertões do Espírito Santo. Petrone compara esse processo de decadência e emigração de colônias antes florescentes em benefício de novas áreas ao norte do rio Doce com o movimento dos gaúchos em direção ao oeste catarinense ou sudoeste paranaense.

Se por um lado havia um enorme contingente de agricultores com pouca ou nenhuma terra, um excedente de mão-de-obra, solos já esgotados, e uma topografia muito acentuada, o Norte se

¹¹ Para saber mais, recomenda-se o website com genealogia da região de Santa Teresa, um dos municípios investigados por Petrone: <http://www.familiaandrich.com/familia/index2.htm>

abria como fronteira a ser explorada, com terras mais amplas e virgens e topografia menos ingrata. Bastava para isso, superar o Rio Doce.

Dezenas de milhares foram os migrantes que já aclimatados às terras mais baixas do Espírito Santo deixaram as franjas norte e sul da região serrana e se dirigiram para aquela zona. Entre os migrantes de origem em municípios mais meridionais e atravessados pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, a logística do deslocamento era favorecida. Ao embarcar em municípios como Alfredo Chaves, Castelo ou Vargem Alta, podiam chegar a Vitória, onde faziam a troca do trem, e então iriam pela Estrada de Ferro Vitória-Minas com destino a Colatina.

Os migrantes provenientes da franja norte da região serrana capixaba, ou mesmo da franja sul não atendida pela ferrovia, enfrentaram uma realidade distinta. Sem poder contar com a comodidade das estradas de ferro, todo o deslocamento ocorreu a pé, abrindo picadas pelas matas e acompanhando os cursos dos rios Santa Maria do Doce e Santa Joana até alcançar Colatina. Essa jornada evidencia as dificuldades impostas pela ausência de infraestrutura e reforça o caráter árduo das migrações internas no período.

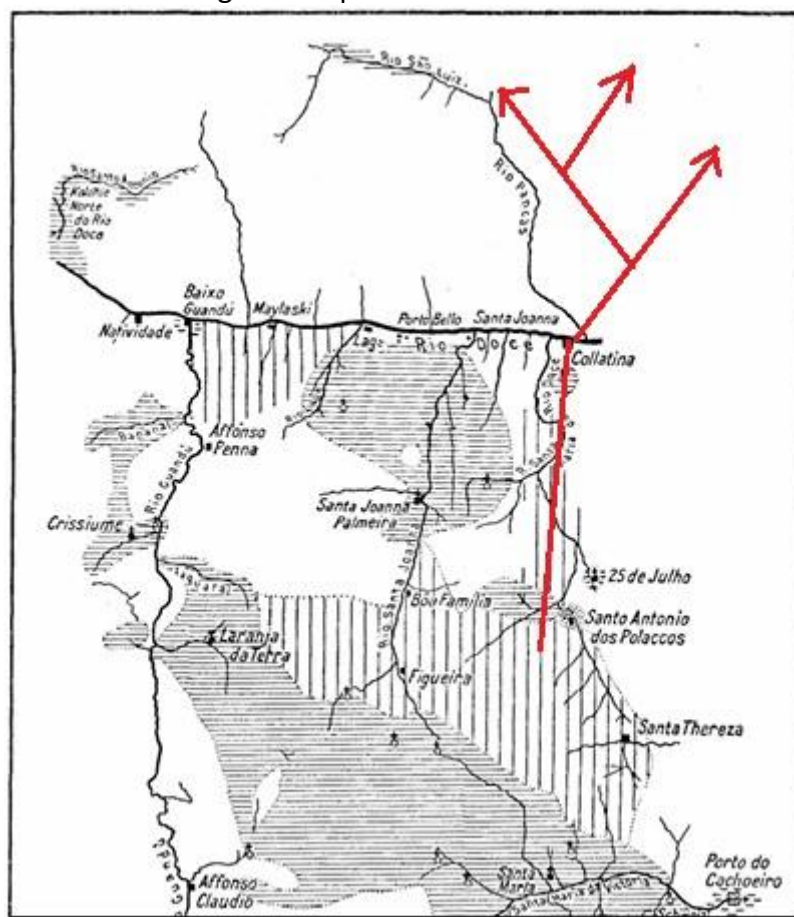
Daquela cidade, ainda em processo inicial de formação, após atravessarem o então volumoso rio Doce, restavam dezenas ou até centenas de quilômetros em picadas mata adentro. Os pioneiros desse processo, na década de 1920, chegaram a Colatina e fizeram a perigosa travessia do rio ainda a barco, conforme depoimentos de pessoas envolvidas na migração e que participaram da pesquisa.

Para viabilizar a necessária ocupação da região norte capixaba, sob a ótica do estado, dando alívio demográfico e social às áreas das antigas colônias imperiais, em 1928 foi inaugurada a primeira ponte sobre o Rio Doce, na cidade de Colatina, que até àquela altura ocupava apenas a margem sul do rio. A ponte aumentou a migração de camponeses para diversas frentes de colonização no norte do estado.

A antiga picada aberta a facão e machado mata adentro que ligaria a parte norte de Colatina ao atual município de Nova Venécia, passando também pelo território que posteriormente se tornou o município de São Gabriel da Palha, ganharia, nas décadas seguintes, contorno de estrada. Mas até

lá, ela testemunharia a superação, por parte dos colonos, de dias e dias de caminhada, em que os poucos pertences eram levados dentro de balaios em lombos de animais, até o fim da jornada em alguma área de mata recém *brocada*¹². Da picada principal, que décadas depois se transformaria na Rodovia do Café (ES-080), se desenvolviam outras secundárias; nestas frentes de colonização levaram agricultores para locais variados, e a evolução territorial (conforme mostrada na figura 2) consolidou a criação de vários municípios no norte capixaba¹³.

Figura 2: Croqui das antigas colônias na região centro-serrana do Espírito Santo e orientação das correntes migratórias para os territórios ao norte do Rio Doce.



Fonte: Egler, W.A., 1951 (adaptado pelo autor).

¹² Termo utilizado para definir uma área de floresta desmatada.

¹³ Citam-se alguns: Marilândia, Rio Bananal, Governador Lindemberg, Vila Valério, Águia Branca, Pancas, etc.

Nesse contexto, famílias de descendentes de trentinos passam por uma segunda migração. Esse movimento teve, igualmente, dificuldades. Entretanto por se tratar de filhos de imigrantes, já na segunda ou terceira gerações em solo brasileiro, a adaptação ao novo contexto ambiental foi mais facilitada em relação a seus antepassados, como testemunhou Petrone (2004, p.16).

O norte do Espírito Santo, descrito por Becker (1973) como um laboratório de transformação regional, testemunhou a expansão do café e da fronteira agrícola, mas mostrou tanto o potencial de crescimento quanto os limites de um desenvolvimento que não resolvia desigualdades sociais e estruturais. Com a crise do café do fim dos anos 60, o produto perde espaço frente a criação de gado, e se inicia um processo de emigração da região. Em virtude disso, mas não apenas, o estado de Rondônia se tornou uma das metas, e novamente os trentinos e seus descendentes, juntos de outros, migraram.

Há que se mencionar ao longo desse processo as profundas transformações na paisagem no norte do Espírito Santo, onde ocorreu a substituição de uma exuberante mata Atlântica por um mosaico composto por café, pastagens e, no início, lavouras temporárias. Com pequenas variações devido a crises pontuais que afetam a produção, este continua sendo o retrato da paisagem na região.

As migrações internas responsáveis pela colonização do norte do Espírito Santo inserem-se predominantemente na abordagem histórico-estrutural das migrações, que enfatiza o papel das transformações econômicas, políticas e territoriais na produção dos fluxos populacionais (MASSEY et al, 1993). Os movimentos internos foram fortemente moldados por fatores como as transformações produtivas, as políticas estatais, a mudança na distribuição espacial da população e busca por novas áreas de expansão agrícola. Há elementos do modelo atração-repulsão, a citar-se a expulsão por estagnação ou limitação de terras no sul/centro do estado e a atração pela disponibilidade de terras no norte capixaba.

A migração trentina para a Amazônia no contexto da migração capixaba para Rondônia

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por profundas transformações sociais, econômicas e políticas. O país vivenciou um acelerado processo de industrialização, acompanhado pela expansão urbana e pelo crescimento do setor secundário da economia. No campo, a modernização agrícola — impulsionada pela mecanização, pela introdução de tecnologias e pela adoção de novos insumos — reduziu progressivamente a necessidade de mão de obra manual. Como consequência, milhões de trabalhadores rurais migraram para os centros urbanos, contribuindo para a rápida urbanização e para a reorganização da estrutura produtiva e demográfica brasileira. Essas mudanças se inserem em processos mais amplos de transição demográfica e desenvolvimento econômico, que redefiniram tanto a dinâmica das cidades quanto a estrutura social do país (FAUSTO, 2015; SKIDMORE, 2010; BERCITO; FERREIRA, 2016).

O processo de modernização brasileira tem sido amplamente analisado pela historiografia e pelas ciências sociais, que discutem suas múltiplas interpretações e contradições. De modo geral, consolidou-se, no imaginário nacional, a ideia de que o mundo rural representava um passado a ser superado, enquanto o urbano-industrial simbolizava o horizonte de progresso e futuro. Contudo, diante das transformações econômicas e sociais que marcaram esse período, nem todos desejaram permanecer nos centros urbanos em expansão. Muitos habitantes do Espírito Santo optaram por emigrar em busca de novas oportunidades fundiárias, dirigindo-se sobretudo ao sul da Amazônia — com destaque para o estado de Rondônia — onde políticas de ocupação e disponibilidade de terras atraíam famílias inteiras em busca de novos projetos de vida (DALLAPICCOLA, 2018).

Entre dezenas de milhares de camponeses capixabas que se dirigiram para Rondônia nos últimos 50 anos, mais uma vez os descendentes de trentinos, agora em sua terceira, quarta ou até quinta geração, estão presentes, e chegam ao estado amazônico participando de um movimento migratório maior. Como as migrações precedentes, também esta foi permeada por dificuldades, inseguranças, incertezas, e, sobretudo, esperança, conforme emergiu de entrevistas e depoimentos de sujeitos envolvidos no processo.

A macro conjuntura sociopolítica do país favorecia a ocupação de áreas consideradas estratégicas para a segurança nacional. Em outras palavras, o regime militar instaurado no Brasil em

1964 incentivava a integração da Amazônia ao território nacional, utilizando o aparato institucional do Estado para esse fim. Órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram responsáveis por gerenciar a distribuição de terras e oferecer as primeiras providências aos colonos recém-chegados nos assentamentos. Contudo, os chamados “vazios demográficos”, considerados aptos para ocupação e cultivo, não eram de fato vazios: tratava-se de territórios habitados por povos indígenas há milhares de anos, cuja presença foi sistematicamente ignorada nas políticas de colonização.

A migração capixaba para Rondônia começou no final da década de 1960, atingiu o pico em 1990, e, embora em menor escala, continua até hoje. Esses descendentes de trentinos, obviamente, fazem parte de um processo migratório mais amplo que levou dezenas de milhares de pessoas de diversas origens a partirem em busca de uma vida melhor.

Para o Espírito Santo, a migração para Rondônia pode ter representado tanto um alívio econômico e social quanto a perda de uma força de trabalho essencial. A interpretação depende do período analisado e da perspectiva do observador. Explico: a crise no campo fomentou o êxodo rural de dezenas de milhares de camponeses para a Grande Vitória e outras áreas urbanas já consolidadas no interior do estado. Esse movimento resultou, como ocorreu em diversas regiões do Brasil, em uma urbanização rápida e desordenada, gerando problemas urbanos que persistem até hoje. Nesse contexto, a não migração para Rondônia ou outros destinos poderia ter agravado tais problemas, intensificando ainda mais o inchaço urbano.

Por outro lado, sindicalistas e prefeitos de pequenos municípios do interior manifestavam preocupação com os elevados percentuais de população rural que emigravam, alertando para os graves prejuízos à produção agrícola, à economia local e, conseqüentemente, à sustentabilidade dos próprios municípios. Frequentemente, recorriam a relatos de retornados arrependidos de Rondônia para reforçar a narrativa de que a migração comportava riscos e não valia a pena. A imprensa da época registrou essas tensões, como evidenciam os trechos de jornais, na sequência apresentada nas figuras 3, 4 e 5, a seguir.

Figuras 3, 4 e 5: Registros da imprensa do Espírito Santo evidenciam preocupação com a migração para Rondônia.



Fonte: Jornal A Gazeta, anos 1989, 1990, 1999.

Todo o processo migratório foi extremamente desafiador. Uma longa e desconfortável viagem em caminhões “pau de arara” aguardava os migrantes após a saída do estado de origem. Ao chegarem em Rondônia, os primeiros tempos foram marcados por muitas dificuldades. O isolamento, as enormes distâncias, a falta de escoamento para a produção agrícola, os conflitos agrários e a presença de doenças desconhecidas ou já erradicadas no Espírito Santo compuseram um cenário adverso lembrado por muitos dos participantes da pesquisa realizada entre 2022 e 2025. Para os descendentes de trentinos, tratou-se de mais uma migração, uma vez que muitos já haviam realizado deslocamentos internos no estado capixaba antes de chegar à Amazônia. Os participantes da pesquisa relatam que, apesar dos inúmeros desafios (vide figura 6), a experiência migratória acumulada conferiu a resiliência necessária para enfrentar as novas dificuldades.

Um dos participantes da pesquisa, atualmente com 95 anos, exemplifica os sucessivos movimentos migratórios descritos acima. Filho de trentinos originários de Pergine-Valsugana, nasceu no ano de 1930, no município de Castelo, na franja sul da região serrana capixaba. Ainda

adolescente, migrou — levado pela família — para o norte do Espírito Santo, estabelecendo-se no território que viria a ser emancipado como o município de Rio Bananal. Nos anos 1980, já chefe de família de meia idade, emigra com os filhos — alguns já casados — para Rondônia, onde se encontra nas últimas quatro décadas.

Figura 6: Caminhões de mudança transitando com dificuldades por trechos ainda não pavimentados da BR-364, em Rondônia nos anos 1970



Fonte: arquivo pessoal de um participante da pesquisa, 2025.

As migrações de capixabas para Rondônia, intensificadas a partir da década de 1970, inserem-se predominantemente na abordagem histórico-estrutural das migrações (MASSEY ET ALL, 1993), uma vez que foram impulsionadas por transformações econômicas e sociais amplas tanto no Espírito Santo quanto na Amazônia. Esse movimento resultou de pressões estruturais no estado de origem — como a escassez de terras, a modernização agrícola e as dificuldades enfrentadas por pequenas comunidades rurais — articuladas a fatores de atração presentes em Rondônia, entre eles a abertura de frentes pioneiras, o estímulo estatal à ocupação da região e as expectativas de mobilidade social associadas à colonização agrícola promovida pelo governo federal.

Logo, esses deslocamentos também podem ser lidos à luz de um modelo atração-repulsão de base ravensteiniana (RAVENSTEIN, 1980), ainda que reinterpretado em chave estrutural, dada a influência decisiva das políticas públicas e da reorganização territorial sobre as decisões migratórias. Nesse sentido, a migração do Espírito Santo para Rondônia configura-se como processo socioterritorial complexo, no qual trajetórias individuais refletem condicionantes estruturais mais

ampos, caracterizando um fluxo profundamente vinculado às dinâmicas de ocupação da Amazônia durante o século XX.

Migrações internas em Rondônia

O fim do século XX e o início do século XXI marcaram novos horizontes e perspectivas para os trentinos e, de forma geral, para os capixabas em Rondônia. Diante das novas dinâmicas sociais e econômicas em nível nacional, e com o estado amazônico agora mais integrado à economia brasileira, novas ondas migratórias se consolidaram, refletindo a contínua busca por oportunidades e adaptação às transformações do cenário regional e nacional. Aos indivíduos e às famílias cabiam a decisão, nem sempre totalmente racional, sobre se, para onde e quem migrar. Em outras palavras – migrar para a cidade? Para um novo front de colonização agrícola? Toda a família ou apenas alguns membros?

A especialização produtiva foi uma das novas dinâmicas econômicas em evidência. Ela alcança o campo e intensifica o êxodo rural, repetindo um processo já vivido décadas antes no Espírito Santo. De policultoras e multifuncionais, as pequenas propriedades rurais passaram por um processo que as levaram a uma condição de menor diversificação produtiva (atentar-se à figura 7). Atualmente em Rondônia, a agropecuária é largamente caracterizada pelo quarteto pasto-soja-milho-café, com prevalência dos dois primeiros.

A sucessão geracional nas famílias fragmenta as propriedades, levando muitos daqueles que optaram por permanecer no meio rural, em vez de migrar para cidades próximas, a buscar novas áreas de colonização dentro de Rondônia. O objetivo é adquirir maiores extensões de terra, como ocorre no município de Buritis, ou ainda em áreas do sul do Amazonas, noroeste do Mato Grosso e leste do Acre.

Este último movimento migratório descrito no artigo - de saída do campo em áreas inicialmente colonizadas nas décadas de 1970, 1980 e 1990 – para novas áreas rurais com possibilidade de expansão das terras ou para as cidades em franco processo de crescimento e

recentralização urbana¹⁴, conforme demonstram os dados dos censos de 1991, 2000, 2010 e 2022 afeta também os descendentes de trentinos.

Figura 7: A solidão da castanheira, em terreno preparado para receber a semeadura da soja.



Fonte: o autor, 2025, Buritis-RO.

Um exemplo que ilustra bem essa dinâmica foi documentado no interior do município de Cacoal: um casal de descendentes de trentinos, acompanhado de cinco filhos, migrou do Espírito Santo para Rondônia em 1990, após algumas migrações internas no próprio estado capixaba. A família se estabeleceu no interior do município de Cacoal, principal polo de atração de capixabas na região. Com o passar do tempo, dinâmicas econômicas, sociais e familiares levaram o casal e três dos filhos, estes últimos já casados e com filhos, a realizar o êxodo rural para diferentes cidades, como Vilhena, Cacoal e Rolim de Moura. Os descendentes de um dos filhos permaneceram na área onde os patriarcas haviam se fixado em 1990. Outra filha, após o matrimônio, migrou com sua nova família para a zona rural do município de Buritis, um dos novos fronts da colonização agrícola e a aproximadamente um dia de viagem de Cacoal. Por fim, uma neta do casal realizou uma migração

¹⁴ A esse propósito veja-se o trabalho de Costa Silva (2023): Dinâmica populacional e recentralização urbana em Rondônia: análise a partir do Censo Demográfico 2022.

internacional, estabelecendo-se com sua família em um país da América do Norte. Esse caso não representa uma exceção, mas sim uma regra entre os descendentes de trentinos em Rondônia, evidenciando a continuidade do padrão migratório característico desse grupo.

As migrações internas atuais em Rondônia podem ser compreendidas predominantemente a partir de um híbrido entre as seguintes abordagens: 1) a histórico-estrutural, que enfatiza o papel das transformações econômicas, territoriais e políticas na conformação da mobilidade populacional, articulando tanto deslocamentos por êxodo rural para as cidades quanto movimentos em direção a novas áreas de colonização agrícola; 2) a abordagem da Nova Economia da Migração, que sustenta que a decisão de migrar não é individual, mas sim uma estratégia familiar ou doméstica para diversificar rendimentos e reduzir riscos, não apenas aumentar a renda (por exemplo, famílias que viram os jovens fazer o êxodo rural, mas os pais permanecerem no campo); 3) a abordagem das redes migratórias, para a qual as relações de conhecimento, parentesco e vizinhança tem relevância na escolha das destinações, preferindo-se locais onde já há conhecidos.

Considerações finais

Um dos desafios que a pesquisa que resultou nesse artigo enfrentou foi a dificuldade em demarcar uma identidade trentina em parte significativa do público-alvo. Posto de outra forma, havia alguma dúvida sobre o quanto certas posturas e decisões relatadas pelos sujeitos ao contar suas histórias de vida, migrações e demais fatos pertinentes, foram devido ao pertencimento à origem trentina ou outro(s) grupo(s) de pertencimento que moldam tais sujeitos, sendo estes parte da miscigenada população brasileira.

Outro desafio diz respeito à complexidade de enquadramento dos movimentos migratórios nas abordagens teóricas das migrações, onde como pode-se perceber, há hibridismos de modelos, o que por sua vez reflete o quanto são desafiadores os estudos sobre migração.

O grupo abordado neste artigo apresenta um histórico marcado pela intensa mobilidade. Desde os tempos de vida na Europa, quando os habitantes das montanhas do Trentino emigravam sazonalmente em busca de trabalho em outras regiões, até a realidade dos descendentes em Rondônia, mais de 150 anos após realizada a Expedição Tabacchi, a migração permanece como um

traço característico dos trentinos. Essa dinâmica revela não apenas a busca por melhores condições de vida, mas também a capacidade de adaptação a diferentes contextos geográficos e sociais.

O efeito da migração sobre instituições como a família e a comunidade de origem, depende em parte do tipo da migração, do tempo de permanência, e da distância da migração, e ainda dos complexos laços dos migrantes com seus lugares de origem. Migrações de característica rural-rural tendem a favorecer a permanência de traços e marcadores provenientes das origens passadas dos migrantes.

Entretanto, as pesquisas de campo realizadas em Rondônia revelaram uma consciência cada vez menor, entre os descendentes de trentinos, sobre suas origens exatas. Predomina, como identidade recorrente, a percepção de serem capixabas descendentes de italianos. Alguns itens foram analisados para verificar a ruptura com as origens. Quanto ao uso de resquícios da língua italiana, seus dialetos e expressões, ainda é possível encontrar, embora de forma rara, termos relativos ao mundo do trabalho, relacionados a nomes de pratos típicos e ainda algumas expressões de xingamentos ou ofensas, que resistem como vestígios linguísticos da herança cultural. Em tempo, em regiões rurais do interior do Espírito Santo, esses traços mostraram-se mais fortes.

Se por um lado alguns elementos culturais se diluem ao longo do tempo, outros permanecem vivos. Mesmo após gerações e sucessivas adaptações a novos contextos ambientais, sociais e políticos, valores como a religiosidade e o forte apego à fé, a devoção ao trabalho árduo como meta de realização pessoal e a valorização da família continuam presentes entre os descendentes de trentinos em Rondônia. Esses traços, identificados por Pollini (2005) como característicos dos imigrantes trentinos em pesquisas realizadas com descendentes destes no sul do Brasil, revelam a persistência de aspectos culturais que moldaram a identidade desse grupo, mesmo diante das transformações históricas e sociais.

O quarto movimento migratório descrito na sessão anterior e os achados da pesquisa de campo em Rondônia permitem concluir que os descendentes de trentinos daquele estado continuarão sua trajetória migratória, agora em um mundo ainda mais interconectado e com mais possibilidades de metas e projetos, respondendo, assim como os demais rondonienses, capixabas e

brasileiros em geral, aos reflexos sociais, ambientais, econômicos e políticos de uma sociedade dinâmica e plural. Há de se fazer aceno ao fato de alguns entrevistados em Rondônia terem mencionado desejo de fazerem o retorno ao Espírito Santo, de onde há décadas emigraram, deixando para trás pais, irmãos, amigos etc.

Como possibilidade de continuidade da análise do grupo analisado e suas mobilidades, sugere-se a realização, com certo intervalo de tempo, de nova pesquisa de campo para verificar potenciais deslocamentos posteriores, suas metas, motivações e demais características. Sugere-se ainda a busca por novas literaturas objetivando encontrar atualização das abordagens teóricas para o estudo das migrações.

Agradecimentos

Aos participantes da pesquisa, que gentilmente abriram suas casas e corações para contar suas vidas e responder inúmeras perguntas.

A Fondazione Museo Storico del Trentino, que financiou as pesquisas.

Ao Instituto Federal do Espírito Santo, pelo financiamento parcial e cessão de servidor.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES). **Italianos: base de dados da imigração italiana no Espírito Santo nos séculos XIX e XX**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/italianos.pdf>

BECKER, B.K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, pg 107-132, jul-set, 1973.

BECKER, B.K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação (conclusão). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 4, pg 35-112, out-dez, 1973.

BERCITO, S.; FERREIRA, G. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 2016.

BERGAMIN, M.C. (2004), **Agricultura familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. Dissertação de Mestrado, Uberlândia, 2004.

BISSOLI, O. **Memórias de um imigrante italiano**. Vitória, ES: FCAA, 1979.

BOTELHO, T. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia, séculos XIX-XX. **Congress of the Latin American Studies Association**, Rio de Janeiro, 2009.

- CASTIGLIONI, A. H. Migração: Abordagens teóricas. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). **Migração Internacional na pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 39-57.
- COSTA SILVA, R.G. Dinâmica populacional e recentralização urbana em Rondônia: análise a partir do Censo Demográfico 2022. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 17, n. 44, maio./ago. 2023. Pp. 01-21
- DALLAPICCOLA, T. Migração de capixabas para a Amazônia: numerosidade e sub-representação. **Sociedade e Território**, Natal, Vol. 30, N. 2, p. 58-79 Jul./Dez. de 2018
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- GAUDEMAR, J.P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GOLDSCHIEDER, C. **Rural Migration In Developing Nations: Comparative Studies Of Korea, Sri Lanka, And Mali**. USA, Avalon Publishing, 1984.
- GROSSELLI, R.M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**, Espírito Santo, 1874-1900. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- GROSSELLI, R.M. **Le arie pure e libere del Plata: l'emigrazione trentina in Argentina (1870-1914)**. Trento: Fondazione Museo Storico del Trentino, 2022.
- International Organization for Migration (IOM) (2024). Migration and migrants: A global overview. In: **World Migration Report 2024** (M. McAuliffe and L.A. Oucho, eds.). IOM, Geneva.
- MASSEY, D. S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal in population council. **Population and Development Review**, New York, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sep. 1993.
- PETRONE, P. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga do estado do Espírito Santo**. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2004.
- POLLINI, G. Italianos e alemães no sul do Brasil: as características principais do fenômeno imigratório e os objetivos da investigação, in Gubert, R. e Pollini, G.(organizadores), **Cultura e Desenvolvimento**, EST, Porto Alegre, 2005.
- RAVENSTEIN, E. G. As leis das migrações. In: MOURA, Hélio A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB-ETENE, 1980. p. 25-88.
- SKIDMORE, T. **Uma História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.